

A filosofia brasileira tornada disciplina acadêmica na visão de José Maurício de Carvalho

Antonio Paim

Nos Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira (1989/2001), idealizados e coordenados por Leonardo Prota (1930/2016), cabia a José Maurício de Carvalho a tarefa de abrir a discussão acerca das pesquisas em curso. Para tanto, acompanhava diretamente junto às diversas instituições em que tal ocorria e as apresentava de modo sistemático. No período posterior, enquanto essa atividade sobreviveu, continuou dando conta da tarefa. Esse trabalho deveras monumental pode ser acessado no site do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (www.cdpb.org.br/estjdosdestacados). A ideia era formatar o curso dedicado à filosofia brasileira, na altura constante dos programas do último ano da graduação em filosofia. Os docentes ficariam com uma versão fundamentada das correntes que se sucederam; dos problemas teóricos de que se ocuparam; os integrantes suficientemente estudados e, eventualmente, temas pendentes

A premissa geral da sistematização em causa formula-se do seguinte modo: “Falar de filosofia brasileira significa referir-se a um procedimento especulativo singular no seio da cultura ocidente cristã. Não que exista um rompimento com o propósito de chegar a explicações de validade universal. O que falamos é que existe uma tradição que aclimara os problemas que emergem em nossa cultura dando maior destaque a uns que a outros.”

O método de que irá valer-se foi desenvolvido por Miguel Reale e, segundo suas próprias palavras: “consiste em identificar o problema que tinha pela frente o pensador; em abandonar o conflito de interpretações; e em ocupar-se preferentemente da identificação de elos e derivações que permitam apreender as linhas de continuidade real de nossa meditação.” Destaca que “esse entendimento da filosofia como estudo de problemas tem se revelado fecundo e dado nova dimensão à ideia de originalidade em filosofia. Por outro lado, a aplicação do método revela a existência de uma temática própria na filosofia brasileira, cujo contorno vai se precisando com o avanço dos estudos.”

No período colonial brasileiro somente no século XVIII aparecem núcleos urbanos aptos a suportar vida intelectual digna do nome. Vivia ainda Portugal sob o signo da denominada Segunda Escolástica Portuguesa. Como se sabe, Portugal, como na Península Ibérica em geral na Itália, a Contra Reforma tratava de criar um cordão de isolamento para evitar contágio com o que seria o nascedouro da Filosofia Moderna. Trata-se de um período

amplamente estudado por eruditos do porte de Joaquim de Carvalho 1892/1958, eminente professor de Coimbra e, mais recentemente, Pinharanda Gomes.

Os eruditos em causa enfatizam que o movimento renovador moderno não teve folego para vencer as forças tradicionais e Portugal fechou-se às novidades. José Maurício lembra que a Europa não deixara de ser cristã, mas o homem moderno abandonou aquele desespero do mundo que estava presente na fase inicial do cristianismo e que se prorrogou durante a Idade Média.

Nosso autor irá louvar-se da tese de Luís Washington Vita (1921/1968) que denominou de “saber de salvação” ao tipo de pregação constante das (poucas) obras filosóficas no mencionado período colonial. Tipifica-o com dois pensadores: Nuno Marques Pereira (1652/1735) e Feliciano Joaquim de Sousa Nunes (1730/1808).

Sobre as obras de ambos, afirma: “*O Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, do primeiro, reproduz a visão teórica da denominada Segunda Geração de contra reformistas, isto é, aquela que entende o homem como não encontrando felicidade nesta vida, enfoca o caráter negativo das preocupações corporais e a vacuidade das tarefas terrenas. Os *Discursos político morais*, de Sousa Nunes, também não fogem desse espírito. O livro é constituído de sete discursos: dois contra a riqueza, três sobre a família, um aponta os perigos da vida conjugal e o último trata da amizade. O autor defende que a maior riqueza a que o homem pode aspirar é obter a salvação, a liberdade e a vida. Explica que as riquezas e as delícias levam a perder a liberdade, a arriscar a salvação e a estragar a vida. Ora, esse é o clima geral do debate teórico da Segunda geração em Portugal, razão pela qual entendemos que esses autores, ainda que vivendo em momento posterior ao dos integrantes portugueses desta geração, podem ser identificados com eles.”

Esforço efetivo de modernização --de certa forma coroado de êxito, na medida em que rompeu-se com a interdição relacionada à nova física (newtoniana)— terá lugar na segunda metade do século XVIII, liderado pelo governo do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo (1699/1782, ministro de D. José I, que reinou entre 1750 e 1777). No entendimento de José Maurício de Carvalho, “alguma coisa desse arejamento é anterior ao momento pombalino.” Tem em vista a obra que, de certa forma estabeleceu os parâmetros da reforma cultural, produzida no reinado anterior mas que de fato só viria a ser considerada sob Pombal: *O verdadeiro método do estudar*, de Luís Antonio Verney (1713/1792).

Afirma a esse propósito: “ Entre as mudanças modernizadoras do Marquês de Pombal, o esforço de erradicação do aristotelismo com a reforma da Universidade foi a que teve maior

impacto no sistema educacional. A substituição do aristotelismo pelo empirismo parece, à primeira vista, a transição de uma forma de pensar antiga, própria do homem grego e medieval, para uma maneira de pensar moderna. No entanto, em que pese as transformações obtidas, o empirismo português não produziu as mesmas questões que provocou em outros países, sobretudo na Inglaterra e França, onde a reflexão, nos tempos modernos, culminou no exame da experiência. Na Inglaterra, John Locke e depois dele David Hume tratam a experiência como a chave para resolver problemas futuros, na crença de que estes repetirão o passado. Essa forma de abordar o problema não apenas prepara o entendimento das chamadas verdades probabilísticas, como abre o caminho para a poderosa perspectiva crítica de Emmanuel Kant. Na França, a radicalização empirista sugere que o homem é uma máquina, o que leva ao estudo do ato cognitivo e à fundamentação empírica das categorias do eu, causa e liberdade, temas que serão examinados pelos espiritualistas ecléticos. A forma como o problema da experiência foi examinada em Portugal foi diferente do que se passou nos países acima mencionados; além disto, deixou intocada a justificativa dos atos morais, razões pelas quais Joaquim de Carvalho, o conhecido historiador da filosofia, denominou a corrente de *empirismo mitigado*.

Dessa análise conclui: “o problema epistemológico somente ganharia exame sistemático mais tarde, com a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira.”

E, assim, José Maurício de Carvalho nos conduz ao enfrentamento da questão central da maneira como se dá o nascedouro da filosofia brasileira.

Amplitude da sistematização empreendida pelo autor

O ordenamento das pesquisas relacionadas à filosofia brasileira, adiante resumido, compreende o período de fins da década de quarenta do século passado até o ano de 2004. Como foi referido, essa sistematização tinha por objetivo indicar autores e correntes que poderiam ser consideradas, segundo o entendimento de José Maurício, como “plenamente estudados” afim de identificar com precisão lacunas (ou interpretações controversas) programar a continuidade da pesquisa. Os números adiante referidos dão uma ideia da amplitude do trabalho que realizou.

Foram avaliadas e resumidas 48 teses acadêmicas e 82 dissertações; 36 estudos monográficos; 505 artigos e ensaios. No período indicado foram publicados 200 livros, entre os quais 104 obras sobre autores e correntes e 70 reedições de textos. Na data final do levantamento (2004) havia ainda seis teses em andamento.

Silvestre Pinheiro Ferreira

O primeiro pensador classificado como “plenamente estudado” corresponde a Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846). Professor de filosofia tornado diplomata de carreira, quando da mudança da Corte para o Rio de Janeiro era o dirigente da representação diplomática de Portugal na Prússia. Precedentemente referimos que, conforme destaca José Maurício de Carvalho, na altura a filosofia dominante em Portugal, na classificação de Joaquim de Carvalho, era o que batizou como empirismo mitigado. Apesar da limitação que expressava, José Maurício pondera que representou certo papel.

A esse propósito escreve: “O empirismo mitigado foi a forma como a aproximação com a modernidade pôde ser realizada em Portugal do século XVIII. Não se pode desconhecer que, dentro dos limites apontados, a adoção moderada do sensualismo teve uma importância inegável na Filosofia praticada em Portugal. O empirismo mitigado inspirou muitos intelectuais brasileiros do período. A sua superação começou a ser articulada por Silvestre Pinheiro Ferreira que veio para o Rio de Janeiro em função da mudança da Corte para o Brasil.”

Silvestre Pinheiro Ferreira somente mudou-se para o Rio de Janeiro em 1809. Ali permaneceu durante doze anos. Nesse período ministrou um curso de filosofia frequentado por integrantes da geração que seria a elite brasileira à qual caberia a incumbência de proceder à Independência e dirigir os destinos da nova nação. Devido a essa circunstância, manteria com o Brasil independente vínculos permanentes notadamente pelo fato de que, de regresso à Europa, tornar-se-ia estudioso de renome do novo sistema de governo que mereceria a denominação de monarquia constitucional.

Resumindo a sua doutrina escreve José Maurício de Carvalho: “Pinheiro Ferreira aproximou a lógica aristotélica do empirismo de John Locke (1632/1704) e formulou um sistema estruturado em torno de três eixos: a teoria do discurso, o saber do homem e a visão de mundo. Para a filosofia brasileira, a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira foi essencial porque marcou o caminho da renovação política. Graças ao tratamento teórico do problema da representação política, os brasileiros passaram a dispor de uma alternativa ao democratismo, fortalecendo a opção parlamentar que vigorou durante todo o período imperial.”

José Maurício comprova a sua opinião de que se trata de personagem da filosofia brasileira “plenamente estudada” mediante a indicação da grande parcela de sua obra que veio a ser reeditada e o número extenso de pesquisadores que se debruçaram sobre as várias facetas de sua contribuição. De minha parte destacaria a publicação do seu curso de filosofia,

que denominou de Preleções filosóficas bem como do livro em que resume a doutrina do novo sistema político, obra que denominou de Manual do cidadão em um governo representativo. Ambos constituíam autênticas raridades bibliográficas.

A Escola Eclética

Corresponde à primeira corrente de filosofia estruturada no país. Conseguiu-se reconstituir o fecundo debate ocorrido a partir da década de quarenta do século XIX, quando o país, na feliz expressão de Otávio Tarquínio cansou-se dos aparentemente intermináveis choques políticos verificados após a Independência. Em fins dos anos trinta, ao tempo em que se articula a hegemonia dos moderados no campo político, organizam-se duas instituições que desempenhariam significativo papel cultural: o Instituto Histórico e o Colégio Pedro Segundo. Entre os desfechos desse novo clima sobressai o debate de questões de índole filosófica. De início, trata-se de inquirir que destino teria a moral no caso de adotar-se a posição naturalista (limitar o conhecimento ao que seria proporcionado pela ciência).

O citado problema (teórico) é encarado do seguinte modo por José Maurício de Carvalho:

“O esforço para justificar a liberdade e a consciência como marcas da presença humana na terra foi a tônica do esforço filosófico que se seguiu. Essa realidade se explica pela necessidade de aproximação com as outras tradições filosóficas do Ocidente. Superada a etapa do empirismo mitigado, especialmente devido ao esforço de Pinheiro Ferreira, floresceu um espiritualismo apoiado na tese hegeliana de continuidade da verdade. Ela proporcionou desviar a fundamentação moral da metafísica e conferir-lhe uma sustentação modera. Para isso foi importante a divulgação da tese espiritualista que distinguiu a razão teórica e a razão prática. Nessa separação se sustentava o comportamento moral desvinculado da metafísica. Foi Kant o principal articulador desse projeto. No entanto, nossas referências vieram de Victor Cousin (1792/1867).”

José Maurício, enfocando o tema, como diz, de uma perspectiva histórica, distingue três momentos marcantes vividos pela Escola Eclética durante o século XIX. O primeiro corresponde ao ciclo de formação.

Nos anos trinta, pequeno grupo de brasileiros vai estudar em Paris, no que equivaleria à pos-graduação, frequentando cursos de Theodore Jouffroy (1798/1842), expoente do ecletismo espiritualista. Integrava-o, entre outros, Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-

1882), que seria uma das lideranças da Escola Eclética Brasileira. Editaram em Paris dois números de Niteroi-Revista Brasiliense.

Em 1834 conclui-se o Compendio de filosofia de Monte Alverne (1784/1855), publicado postumamente (1859), onde faz profissão de fé eclética. No ano seguinte (1835) tem início o magistério (de inspiração eclética) e Frei José do Espírito Santo (1812/1872), no Convento da Ordem Fanciscana, na Bahia.

Acontecimento mais relevante para a constituição da Escola seria o concurso para a cadeira de filosofia, verificado em 1844. Localizou-se registro do evento publicado num dos periódicos da época, que permite verificar a presença de remanescentes do empirismo mitigado, a autoridade de que desfrutava Silvestre Pinheiro Ferreira e, finalmente, como o concurso representou autêntica consagração do ecletismo. Venceu-o Francisco Sales Torres Homem (1812/1876) um dos participantes do grupo antes indicado que foi estudar em Paris.

As disciplinas ministradas no Pedro II eram rigorosamente seguidas pela rede de ginásios que se constituiu no conjunto das províncias, o que assegurou a ampla difusão da doutrina do ecletismo espiritualista.

Depois de enumerar os eventos antes resumidos e referir os representantes da Escola Eclética Brasileira que mais se destacaram – notadamente Eduardo Ferreira França (1809/1857), Antonio Pedro de Figueiredo (1814/1859) e Domingos Gonçalves de Magalhães, José Maurício de Carvalho a caracteriza da forma seguinte :

“Embora nossos pensadores tenham partido da filosofia de Cousin para superar os impasses deixados pelo empirismo mitigado, eles criaram uma forma própria de pensar. Insto vale tanto para a fundamentação da moral proposta por Domingos Gonçalves de Magalhães como para o projeto político delineado por Antonio Pedro de Figueiredo. Por essa razão, o espiritualismo brasileiro não foi uma escola fechada; ao contrário, propiciou diferentes abordagens. O problema principal que os aproxima é o propósito de inserir o debate sobre a liberdade num sistema coerente. Essa foi a questão que também mobilizara Silvestre Pinheiro Ferreira, mas à qual ele não dera conta de resolver de modo satisfatório.”

E, prosseguindo: “o sucesso obtido pelos ecléticos decorreu de empregarem o método da observação rigorosa --que tão bem funcionara no estudo da natureza--no exame do problema do eu. Maine de Biran (1760/1824) demonstrou que o empirismo não explica satisfatoriamente o que é, o eu. Numa avaliação que não veria os conhecimentos psicológicos da época, o filósofo francês descreve os denominados atos voluntários, aqueles que nascem da deliberação do sujeito, sem a presença de estímulos do mundo exterior. Tal demonstração foi

aceita como a comprovação empírica da existência do sujeito, que o empirismo reduzira a um feixe fenomênico e o sensualismo transformara numa máquina. A aplicação dessa descoberta na fundamentação da moral projetou Gonçalves de Magalhães no cenário nacional e sua utilização na política fez o mesmo com Antonio Pedro de Figueiredo.”

José Maurício irá destacar, ainda, que no ciclo de apogeu da Escola Eclética, concluiu-se a fundamentação teórica das instituições do sistema representativo criadas no Segundo Reinado, sendo sido igualmente lançadas as bases da historiografia brasileira. Sua liderança nunca logrou unanimidade em torno da feição indianista que se queria atribuir ao romantismo literário mas impulsionou, sem sombra de dúvida, a busca de expressões literárias e teatrais próprias.

Cabe destacar, por fim, que alcançamos uma visão renovada da Escola Eclética basicamente graças à publicação de quatro obras que exigiram longos anos de pesquisa: A significação educativa do romantismo brasileiro; Gonçalves de Magalhães (19730, de Roque Spencer Maciel de Barros (1927/1999); A liberdade no Império (1977), de Ubiratan Borges de Macedo (1937/2007); As raízes cristãs do pensamento de Antonio Pedro de Figueiredo (1977), de Tiago Adão Lara e Corrente eclética na Bahia (1979), de Antonio Paim.

José Maurício de Carvalho valeu-se amplamente das pesquisas mencionadas, o que lhe permitiu reconstituir retrato acadêmico da Escola Eclética, levando em conta que, em decorrência da ascensão do positivismo que teve lugar a partir das últimas décadas do século XIX passou a vigorar uma autêntica caricatura. A crítica positivista ao espiritualismo eclético é de um primarismo gritante. Difundiu na cultura francesa a valiosa contribuição hegeliana à adequada estruturação da história da filosofia, ao tempo em que absorveu a meditação de Maine de Biran, permitindo que suas intuições fossem retomadas, adiante, com a obra de Henri Bergson (1859/1941).

Ascensão do positivismo

No período republicano de nossa história, o fenômeno cultural de maior relevância corresponde à ascensão do positivismo. Entroncou com a tradição cientificista introduzida na cultura brasileira no ciclo pombalino –institucionalizada na Real Academia de Ciências, que daria origem à Escola Politécnica e que adquiriria notável influência nas escolas militares do Exército. Sendo a República um fenômeno militar, desde logo o positivismo fez-se presente no novo regime. Ainda que os civis tivessem conseguido assumir o governo, quase uma década após a sua proclamação, nesse período introduziram uma reforma do ensino que iria solidificar-se. O sistema de ensino brasileiro viu-se, desde então, estruturado com base na

suposição de que o real esgota-se através da ciência. Inexiste ambiente propício ao saber de tipo especulativo, essencial em qualquer cultura.

Da influência positivista nos altos círculos da hierarquia militar resultou a permanente ingerência militar na política ao longo de todo o século XX, processo esse que culminaria com a emergência de governos militares por mais de vinte anos (1964/1985).

A par disto, o positivismo deu origem a uma vertente política civil, que viria a ser denominada de castilhismo, por provir da inspiração de Júlio de Castilhos (1860/1903). Realizou o grande feito de criar no Rio Grande do Sul uma República inspirada não na Constituição de 91 –como o resto do país—mas nas ideias de Augusto Comte. Essa República positivista solidificou-se e viria a ser transplantada ao plano nacional por Getúlio Vargas (1853/1954), figura central da política brasileira após a Revolução de 30 e no pós-guerra.

O quadro completa-se com a emergência da versão positivista do marxismo. Trata-se de que o marxismo que se difundiu no país partiu da tese de que Carlos Marx e Augusto Comte viveram na mesma época e tiveram as mesmas ideias, com a única diferença de que Marx é revolucionário e Comte reformista. Essa doutrina seria amplamente fundamentada por Leonidas de Rezende (1889/1950) na obra *A formação do capital e seu desenvolvimento*, reeditada pelo Senado Federal em 2011.

José Maurício de Carvalho reconhece ser difícil de explicar, “de modo inequívoco, o seu estrondoso sucesso e vitalidade de sua permanência entre nós. No entanto, pelo menos parte de seu sucesso alimenta-se da tradição cientificista que se formara com as reformas promovidas por Pombal.”

José Maurício destaca, desde logo, que tivemos inclusive uma vertente da religião criada por Comte. A Igreja Positivista brasileira, registra, foi criada, em 1881, por Miguel Lemos (1854/1917) e Teixeira Mendes (1855/1927). Mauricio valoriza a contribuição dos chamados “positivistas ilustrados” aos quais cabe, a seu ver, esforço de aproximação com a modernidade. Cita os nomes de Luís Pereira Barreto (1840/1923); Alberto Sales (1857/1904), Pedro Lessa (1859/1921) e Ivan Lins (1904/1975).

Transcrevo o essencial de sua caracterização.

O positivismo, escreve, teve três vertentes bem delineadas: a religiosa, contida no Apostolado Positivista; a política, cuja versão amadurecida seria o castilhismo; e a lustrada, de difícil caracterização, mas comprometida com o progresso material e com a laicização do Estado, incorporando valores que a filosofia política moderna trabalhava há muito tempo mas que ainda não tinham tido força entre nós.

Indica que a vertente religiosa estimulava uma relação de obediência aos chefes da Igreja Positivista porque haviam alcançado um elevado nível moral, haviam superado o orgulho e a vaidade. Pressupunham, portanto, uma hierarquia social com base no mérito moral. Defendiam ainda uma reforma da legislação civil, visando passar para o Estado o registro dos casamentos, óbitos e nascimentos e a abolição da escravidão. No âmbito político não faziam concessão à democracia, defendiam um chefe supremo para a nação e a supressão do Parlamento.

José Mauricio anota: a vertente política exprimiu-se no castilhismo, no qual destaca os pontos adiante.

A preocupação central do movimento reside na elaboração de autoritarismo republicano, como doutrina consistente e coerente, enfatizando sua índole modernizadora, tratando de assegurar influência crescente na vida futura do país ao longo do século XX (meta plenamente alcançada, diga-se de passagem). No fundo dessa plataforma palpita a crença de que os institutos do sistema democrático-representativo não seriam os mais apropriados para dar conta da almejada modernização do país.

José Maurício chama a atenção para o fato de que os chamados “positivistas ilustrados” tentaram exaltar a razão experimental sem pactuar com o projeto político autoritário.

Ao término dessa caracterização, José Maurício indica que as inconsistências do positivismo comteano seriam apontadas e criticadas por Tobias Barreto (1839/1889) e outros representantes da denominada Escola do Recife, grupo que irá incluir entre aquelas objeto de sua classificação como “plenamente estudados”, de que nos ocuparemos em tópico autônomo.

Escola do Recife

José Maurício de Carvalho parte da constatação de que o Brasil experimentou o que Silvio Romero (1851/1914) denominou de surto de ideias novas, fenômeno que situa entre fins dos anos sessenta do século XIX e a década de setenta. Assinala que “tudo” estaria posto em discussão: sistema político, corrente literária dominante, filosofia espiritualista, enfim, abríamos os olhos para o que ia pela Europa, notadamente o endeusamento da ciência, uma corrente afirmando que iria dominar todas as formas de expressão do pensamento, não sobrando lugar para a especulação filosófica. Trata-se do endeusamento do positivismo e de Augusto Comte (1798/1857), sistema filosófico que, como foi precedentemente caracterizado, “ocupou a praça”, como se diz.

A Escola do Recife seria o movimento surgido na capital pernambucana que marcaria o surgimento de um primeiro foco de resistência. Os estudos que José Maurício resume permitem situar que seu nascedouro dar-se-ia nos meados da década de setenta, em 1875, de um incidente na Faculdade de Direito. Submetendo-se a concurso de doutoramento, para escândalo da banca, Silvio Romero proclamou que “a metafísica está morta”, ao que retrucou, em tom de zombaria, membro da banca: “quem a matou? Foi o senhor doutor?”. Indignado, Romero retrucou “foi o progresso”. Pode-se imaginar o inusitado do fato e a intensa repercussão nos círculos intelectuais da cidade.

O surpreendente no caso é que Tobias Barreto (1839/1889) começa a mediar sobre o tema e escreve alguns artigos procurando responder à pergunta: “Deve a metafísica ser considerada morta?”

Começa o processo de constituição da Escola. Desde logo, não se trata de uma ruptura radical em relação às ideias de Comte. Mas tal se dará logo adiante.

A novidade essencial e que terá desdobramentos será a adesão de Tobias Barreto ao neokantismo. Nesse passo não será seguido por todos os integrantes. A maioria procura conciliar o novo posicionamento à tese cientificista de que a filosofia seria uma síntese das ciências, no bojo da qual emerge o monismo.

Mas sigamos o encaminhamento dado à exposição por José Maurício.

Começa por listar os principais integrantes, figuras destacadas da cultura brasileira: além de Tobias Barreto e Silvio Romero, Clóvis Beviláqua (1859/1944); Artur Orlando (1858/19160) e Martins Junior (1860/1909).

O livro de Silvio Romero *A filosofia no Brasil* (1878) marca a transição entre a primeira e a segunda fases. Nesta é que teria lugar o rompimento radical com o positivismo e a busca de uma doutrina nova. Abrange cerca de dez anos. Tobias Barreto é então a figura central da Escola. Ocupa uma cátedra na Faculdade de Direito do Recife, tornada visível pela grande atividade desenvolvida na imprensa do Rio de Janeiro por Silvio Romero. Incumbe a Tobias fixar as linhas gerais de uma posição autônoma no debate entre as correntes difundidas no país. Formam-se núcleos nas principais províncias nordestinas. Esta segunda fase, quando já se pode falar com propriedade em Escola do Recife, desdobra-se de 1875/78 aos anos iniciais do decênio seguinte. A terceira fase abrange mais de três lustros, de meados da década de oitenta aos começos do século. Corresponde à época de apogeu. Nesse período, em 1889 sobrevém a morte de Tobias Barreto.

A partir da publicação dos últimos estudos de Tobias Barreto, denotam os principais membros da Escola grande atividade filosófica na esfera da filosofia. Nessa fase é que se editam os livros Doutrina contra doutrina (1894), Ensaios de filosofia do direito (1895) e Ensaios de Sociologia e Literatura (1889), de Silvio Romero; que Clovis Bevilacqua divulga vários trabalhos de cunho filosófico reunidos posteriormente no livro Esboços e Fragmentos (1889); Artur Orlando elabora os ensaios constantes de sua obra Ensaios de Crítica (1904); Fausto Cardoso (1864/1906) publica os dois primeiros volumes do Cosmos do Direito e da Moral (1894/98) e Silvio Romero organiza a reedição das obras de Tobias Barreto.

Em que pese a manutenção do debate filosófico e da crítica multilateral ao positivismo, a Escola do Recife não conseguiu, em seu período de apogeu, consolidar uma autêntica investigação filosófica e manteve-se envolta no cientificismo. É bem sintomático dessa circunstância, o depoimento de Gilberto Amado (1887/1969) quanto ao ambiente da Faculdade de Direito do Recife por volta de 1906, quando ingressou naquele estabelecimento de ensino: “Quase todo rapaz de meu tempo em Pernambuco era agnóstico, darwinista, spencerista, monista. Quando apareceu no primeiro ano um Mac Dowell, do Pará, que tinha passado pelos colégios de Paris, demonstrando a existência de Deus pelas belezas da criação, canto dos pássaros, etc., provocou riso, foi ridicularizado. Havia, porém, uma minoria que não chegando aos extremos do paranaense, refugava o fenomenismo, o mecanicismo, e afirmava-se espiritualista. Como se ouve hoje perguntar no Rio: “Você é Flamengo ou Fluminense”, ouvia-se na Faculdade do Recife no velho Convento: “Você é monista ou dualista? Para simplificar, todo mundo era positivista, isto é, darwinista, monista, fenomenista, evolucionista, mas ninguém prosélito de Augusto Comte” (Minha formação no Recife; 2ª edição, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1958, pág. 39) Pode-se dizer, portanto que no período em causa, não vingou de modo pleno o propósito de distinguir-se radicalmente do positivismo.

Assim, o núcleo propriamente filosófico da herança de Tobias Barreto não foi desenvolvido. Esse núcleo filosófico consistia, de um lado, no culturalismo, isso é, na doutrina de que a criação humana constitui objeto privilegiado da meditação filosófica, sendo mesmo aquela esfera apta a superar de uma vez por todas, o positivismo e o cientificismo em geral. Essa parcela da herança de Tobias Barreto foi abandonada de pronto, para ser retomada no ciclo de declínio. A outra parcela do legado filosófico de Tobias Barreto era representada pela adoção do conceito neokantiano de que a filosofia consiste num tipo de saber que não aumenta o conhecimento científico, limitando-se a uma inquirição para determinar os fundamentos e pressupostos da ciência. Semelhante entendimento não podia, entretanto, coexistir com as “filosofias sintéticas”, do tipo monista ou evolucionista. Tobias Barreto não

chegara a denunciar semelhante incompatibilidade mas Artur Orlando teria oportunidade de fazê-lo.

Farias Brito e a filosofia católica do século XX

Raimundo Farias Brito (1863/1917) é pensador originário das indisposições com o positivismo expressas na obra e na ação de Tobias Barreto que seguiu o caminho do espiritualismo e tornou-se referência para os jovens que se aproximaram do catolicismo nos anos vinte do século XIX, invertendo a tendência predominantemente laica do pensamento republicano. Apresentação estritamente filosófica de sua obra seria efetivada por Carlos Lopes de Matos no livro *O pensamento de Farias Brito* (1962). Seu papel no renascimento da filosofia católica seria determinado por Antonio Carlos Villaça (*O pensamento católico no Brasil*; 1975).

Nesse particular (filosofia católica do século XX), José Maurício de Carvalho valoriza em especial o que, a seu ver, resultou do contato com a fenomenologia, decorrente do arejamento do tomismo proporcionado pela Universidade de Louvain, frequentada por diversos pensadores brasileiros, acentuando o “entendimento do tomismo como perspectiva” e não como conjunto de teses dogmáticas a serem infinitamente repetidas. Escreve: “Essa nova forma de ver o sistema de Santo Tomás de Aquino (1225/1274), aberto ao diálogo com o mundo, tem permitido uma atitude nova de parte de quem a adotou. Leonardo Van Acker (1896/1986) e Urbano Zilles (nascido em 1937) são exemplos dessa nova atitude e das possibilidades que ela representa para os católicos.”

Maurício acrescenta que, “em relação ao pensamento católico devemos mencionar o tradicionalismo pela força que teve e por sua persistência entre nós.” Essa seria a denominação atribuída ao conservadorismo católico em matéria política.

Escola Culturalista

José Maurício de Carvalho indica que a emergência do culturalismo seria uma espécie de retomada do fio da meada (kantiano) lançado por Tobias Barreto. Aponta-se adiante o essencial de suas considerações a esse propósito.

O reencontro com Tobias Barreto promoveu um momento muito fecundo para nossa meditação na medida em que ensejou um novo exame da cultura. A crítica ao determinismo positivista, que apostava numa visão naturalista da consciência e da liberdade humanas, teve como primeiro efeito eliminar o projeto de uma física social. O principal efeito dessa renovada

investigação foi o surgimento de uma corrente filosófica denominada culturalismo. Seus principais iniciadores são Miguel Reale e Djalmar Guimarães (1907/1996)..

Parece-lhe que a reflexão culturalista foi substancialmente enriquecida por Roque Spencer Maciel de Barros ao indicar uma nova forma de referir ao homem, entendendo-o como totalidade. Ao descobrir um novo sentido para a liberdade, Maciel de Barros deu oportunidade a que as discussões sobre o culturalismo tivessem o cunho de uma discussão moderna, francamente liberal. De algum modo os principais culturalistas se tornaram eles próprios defensores do liberalismo, embora com visões diferentes do que seja uma filosofia liberal. A diversidade de posições, seriam apresentadas e comentadas por Roque Spencer em O significado do liberalismo brasileiro, uma controvérsia.

No final da vida, Maciel de Barros evoluiu para uma posição não culturalista, em decorrência do diálogo com Karl Popper, sem embargo de que sua meditação filosófica permanece como uma das principais contribuições do seu tempo e sua passagem pelo culturalismo enriqueceu o movimento.

Mauricio destaca que o essencial em matéria de balanceamento e sistematização da filosofia brasileira proviria dos culturalistas.

Entre os seus participantes, menciona Evaristo de Moraes Filho (nascido em 1914), Luís Washington Vita (1921/1986); Antonio Paim (nascido em 1927); Paulo Mercadante (1923/2013). Vita, Paim e Mercadante constituem a segunda geração, formada pela primeira (Reale e Djalmar). Entende que pode-se falar de uma terceira geração, formada pela segunda na qual sobressaem o próprio José Murício (nascido em 1957) e Ricardo Vélez Rodríguez (nascido em 1943).

José Maurício transcreve as teses essenciais da doutrina culturalista:

A filosofia distingue-se por comportar diversos pontos de vista, a começar mesmo do que pressupõe o filosofar: a adoção de uma perspectiva; seguindo-se a diversidade de sistemas e problemas. O reconhecimento de que de que é à ciência que cabe estabelecer um discurso de alidade universal sobre o real, embora algumas ciências humanas conservem laços insuperáveis cm a filosofia.

O principal esforço teórico do culturalismo acha-se voltado para o estabelecimento do ser do homem privilegiando, nessa investigação, a atividade.

No exame da ação humana entende que ela se objetiva na cultura e, nesta, distingue a idealidade das outras realidades culturais. Trata-se de recuperar o projeto hegeliano de

reconhecimento dos problemas filosóficos como nascendo não apenas da perplexidade do espírito mas também em decorrência da evolução cultural. Por essa razão, os culturalistas entendem serem morais os fundamentos últimos da cultura e, nesse universo da criação humana proclamam que alguns valores alcançaram validade inquestionável. Miguel Reale os denomina de invariantes axiológicas. Este pensador identifica o modo de ser do homem como o seu dever ser.

Por fim, a definição do ser do espírito como contemporaneidade elimina o risco de identificação com o idealismo absoluto hegeliano, evitando também os compromissos com a hierarquização preconizada por Nikolai Hartmann.

Maurício entende que com os filósofos culturalistas instaura-se a possibilidade de promover-se unidade do espírito, pois voltam-se para a experiência cultural e não apenas para a experiência natural. A par disto distinguem três e não apenas duas esferas de objetos. Além dos objetos naturais e ideais considera-se a existência de objetos referidos a valores.